

## AS ORIENTAÇÕES FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

*Eduardo Munhoz Svartman*

### RESUMO

Este artigo analisa as questões que eram tomadas como relevantes para a formulação da política externa brasileira entre 1930 e 1945. Trata-se das bases das percepções dos diferentes segmentos da diplomacia brasileira a respeito da realidade internacional. De maneira geral, consistiam na percepção que se tinha dos problemas mais críticos, internos e externos, que se impunham ao Brasil e que deveriam compor a agenda de política externa do primeiro governo Vargas. Nesse sentido, estes atores efetuaram um esforço para dimensionar da maneira mais clara possível os contornos da crise mundial a fim de desenvolver estratégias para a implantação do projeto modernizador varguista e identificar seus pontos de estrangulamento. Havia, portanto, uma formulação clara das necessidades estruturais e políticas das quais o Brasil padecia para implementar o seu projeto; o qual envolvia, além da modernização do Estado e da sociedade, o desenvolvimento industrial e uma projeção nas esferas econômica, política e militar sobre os demais países do subcontinente. A construção da supremacia regional brasileira deveria contar com o respaldo da potência central do sistema (os Estados Unidos) e supunha uma ação continuada da diplomacia brasileira tanto nos foros inter-americanos quanto nas relações bilaterais com seus vizinhos. Assim, o pan-americanismo liderado pelos EUA será cada vez mais vislumbrado no Estado Novo como a possibilidade mais viável de realização da projeção econômica, política e militar do Brasil na América Latina.

### ABSTRACT

This article analyzes the issues that were considered relevant for the formulation of the Brazilian's foreign policy between 1930 and 1945. It aims

---

**Eduardo Munhoz Svartman** é Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este artigo consiste em parte da dissertação de mestrado em fase de redação *A elite diplomática brasileira e as visões a respeito da Argentina durante o Estado Novo*.

to analyze the base of the perceptions of the different memberships of the Brazilian diplomacy about the international reality and how those perceptions influenced upon the foreign policy agenda. The Brazilian's policy-makers made a strong effort to understand the international crisis and to help the Getúlio Vargas's modernization project take place. The modernization of the state and society, the industrial development and the building of a military, political and economical supremacy over Latin America were the main objectives of this project. The way Brazil act over its neighbors was the Interamerican Conferences and the bilateral relations, where it played a policy not always directly related to the North-American's interests; although this hegemony expected to be supported by a central potency, the United States. Thus, that's the reason of the Brazilian's pragmatic adherence to the pan-americanism.

Dentre os diversos períodos da política externa brasileira, certamente um dos que mais suscitou debates e pesquisas por parte dos historiadores foi aquele compreendido pelo primeiro governo de Getúlio Vargas. Este, abarcava tanto as transformações internas decorrentes dos desdobramentos da Revolução de 1930, quanto as convulsões do sistema internacional que culminaram na II Guerra Mundial e no estabelecimento de uma nova ordem internacional, em muito distante do liberalismo de hegemonia inglesa. Na historiografia brasileira, existe toda uma gama de trabalhos que abordam as relações do Brasil com as grandes potências e como o governo Vargas explorou as suas rivalidades em favor da obtenção das concessões que lhe interessavam: reequipamento das forças armadas e instalação de uma siderurgia básica.<sup>1</sup> Existem também alguns trabalhos mais recentes que, embasados nas grandes linhas dos primeiros, analisam as relações do Brasil com seus vizinhos mais próximos no continente, dando especial destaque à rivalidade com a Argentina na disputa pela supremacia regional.<sup>2</sup>

Este artigo, por seu turno, analisa não exatamente a política externa brasileira desse período, mas as questões que eram tomadas como relevantes para a formulação da mesma. Trata-se das bases das percepções dos diferentes segmentos da diplomacia brasileira a respeito da realidade internacional. De maneira geral, consistiam na percepção que se tinha dos problemas mais críticos que se impunham ao Brasil e que deveriam, de uma forma ou de outra, compor a agenda de política externa do primeiro governo Vargas, especialmente após a sua *redefinição* em 1934. Quando se fala da diplomacia brasileira desse período, especialmente do Estado Novo, deve-se precisar que ali ocupavam importante espaço, além dos diplomatas, um número relevante de políticos ligados ao regime, que

passam a atuar no âmbito da política externa, e de militares, que consistiam um dos pilares fundamentais de sustentação do regime. Por isso, ao longo desse artigo emprega-se a categoria *elite diplomática brasileira* (EDB) para unificar os diferentes atores, comprometidos com esferas específicas do Estado e da política interna, que pensavam e executavam a política externa brasileira.

As bases das percepções da EDB serão aqui compreendidas como as alternativas pensadas pelos *policy-makers* brasileiros para fazer frente à realidade de crise e insegurança que marcou os anos 30 e a II Guerra Mundial. Nesse sentido, estes atores efetuaram um esforço para dimensionar da maneira mais clara possível os contornos das mudanças que se operavam no cenário político e econômico mundial. Isto, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de estratégias para a implantação do projeto modernizador varguista, bem como a identificação de vários de seus pontos de estrangulamento. Havia, portanto, uma formulação clara das necessidades estruturais e políticas das quais o Brasil padecia para implementar o seu projeto.

Este projeto envolvia, além da modernização do Estado e da sociedade, o desenvolvimento industrial e uma projeção nas esferas econômica, política e militar sobre os demais países do subcontinente, a qual deveria contar com o respaldo da potência central do sistema, que após a superação do período de barganha internacional, se configurou como sendo os Estados Unidos. Assim, o pan-americanismo, insistentemente defendido pelo grupo de Oswaldo Aranha e sintonizado com a política norte-americana será cada vez mais vislumbrado no Estado Novo como a possibilidade mais viável de realização da projeção do Brasil na América Latina.

## A FORMULAÇÃO DAS NECESSIDADES

Os desdobramentos da Depressão Mundial não demoraram a chegar ao Brasil e o governo instaurado em 1930 não era a eles alheio. Desde cedo, a EDB estava a par da natureza econômica da crise e da intensa luta comercial que os países industrializados travavam entre si para colocar seus produtos nos mercados de além-mar.<sup>3</sup> As medidas de proteção ao café, que visavam restringir a oferta do produto no mercado internacional largamente saturado sem, contudo, desarticular a base produtiva, pretendiam equilibrar a economia nacional para, num segundo momento, implementar a diversificação do comércio exterior e possibilitar os investimentos no setor industrial.<sup>4</sup>

O sistema liberal clássico ruía, tanto na Europa quanto nos EUA, e com ele ruía também a frágil inserção de país exportador de gêneros primários e importador de produtos acabados que o Brasil tradicionalmente sustentava. A idéia de abandonar o status de país fundamentalmente agrícola em prol de um projeto de desenvolvimento econômico de perfil urbano-industrial, que desde cedo acompanhava a trajetória política de Vargas,<sup>5</sup> estava intimamente associada a uma estratégia de redefinição da posição do Brasil no contexto internacional.

Haviam, porém, limitações, ou pontos de estrangulamento, que impediam a pronta realização de um projeto de tal magnitude. Durante o discurso de apresentação de suas credenciais diplomáticas ao governo argentino, em julho de 1938, o Embaixador Rodrigues Alves nos fornece a tônica da ação que o Estado Novo implementaria nesta área:

*O Brasil, compreendendo a gravidade da hora em que vivemos, traçou uma nova orientação, apertando os laços de sua Federação, investindo o Executivo nacional da força necessária para a defesa de seu patrimônio, abrindo assim novos horizontes políticos à sua expansão econômica e financeira, sem quebra dos princípios democráticos e básicos em que assentam as suas instituições.*<sup>6</sup>

Dispensando o exercício de ficção do diplomata a respeito da manutenção dos princípios democráticos no Brasil, o seu discurso nos revela o grau de comprometimento do Estado Novo com o redimensionamento da economia nacional, a ponto de propagandearla abertamente aos quatro ventos. De maneira sintética, a fala de Rodrigues Alves encerra alguns dos elementos mais importantes do projeto de desenvolvimento varguista. Assim, a centralização administrativa e o fortalecimento do poder Executivo estavam em plena sintonia com a ampliação da capacidade de barganha internacional do Brasil, descrita como abertura de *novos horizontes políticos à sua expansão econômica e financeira*. O jogo da *equidistância pragmática*<sup>7</sup> se desenrolaria nessas condições: concentração do poder decisório nas mãos do ditador e barganha junto às potências por facilidades e concessões na área econômico-financeira, a fim de permitir a superação de impasses fundamentais à industrialização, tais como a falta de meios de transporte e de uma indústria de base em ampla escala. O instrumento da barganha era o alinhamento a um dos blocos cujo confronto armado já era esperado.

O Embaixador, descrevendo a política do regime que representava em Buenos Aires, falava também em *defesa do patrimônio* nacional, tema

extremamente caro aos militares que, não só faziam parte da EDB mas tinham observável influência sobre as esferas de tomada de decisão da política externa. De fato, os anos que precederam a II Guerra foram marcados por uma insegurança generalizada e crescente, alimentada por uma corrida armamentista alucinante na Europa e pela difusão de doutrinas favoráveis ao direito de conquista, às incorporações territoriais e à idéia de que somente as armas asseguravam o cumprimento dos acordos diplomáticos. Eram os anos sombrios da *realpolitik* e da geopolítica.<sup>8</sup>

Mesmo distante do foco das tensões, a EDB era consciente não só da vulnerabilidade do Brasil, marcado por fronteiras afastadas, costa desguarnecida e forças armadas pouco aparelhadas, mas também do risco de ver as reservas naturais se transformar em objeto de cobiça externa. Nesse sentido, o general Góes Monteiro, que teve uma longa gestão junto ao Estado Maior do Exército e mais tarde participou de várias missões diplomáticas, alerta para o perfil belicoso da crise mundial e para as suas possíveis conseqüências:

*Contemporaneamente, as nações fortes procuram resolver suas pendências internas - dificuldades econômicas e questões político-sociais - a custa das nações mais fracas e mais desprevenidas (...). A era da paz universal ainda é um mito para humanidade e as nações continuam a preparar-se febrilmente para a próxima guerra. O estado de conflito armado, que era latente, agora é ativo e se agrava e se torna permanente, pois o intervalo entre uma guerra e outra é semeado de lutas e revoltas intestinas em um grande número de países, entre as diferentes camadas sociais, pondo em risco a estabilidade e a existência dos Estados, que não souberam, não puderam ou não quiseram organizar-se fortemente.<sup>9</sup>*

Ainda que a penúria das forças armadas fosse um dado consensual entre o seu Alto Comando, a noção de defesa para o grupo de Góes Monteiro transcendia a esfera específica do equipamento militar. Havia pois, a necessidade de se viabilizar todo um esforço, tanto na área social quanto na econômica, encabeçado pelo Estado, para assegurar os meios materiais de um exército resguardado por reservas de pessoal e por uma indústria mobilizável em tempo de guerra. Nesse sentido, a orientação dominante nas forças armadas, afina-se com o projeto econômico-industrializante de Vargas. Na mesma obra em que chama a atenção para o risco da falta de preparação militar, o general Góes dá as tintas com as quais o Brasil deveria reescrever sua política de defesa:

*Temos que (...) regular nossa economia, evitar as lutas de classe, satisfazer as necessidades de todos pelo trabalho de todos e nos aparelharmos contra qualquer submissão do imperialismo material, moral ou mesmo espiritual de qualquer outro povo. É uma espécie de nacionalismo econômico, sem agressividade contra as outras nações, mas prevenidos contra as possíveis agressividades delas. É tronar-nos fortes em vez de fracos, que sempre fomos. Sem união, equidade, justiça, fortaleza de ânimo e fortaleza material não podemos alcançar esse objetivo. Então, é preciso destruir implacavelmente toda a causa ou elemento que seja contrário a essa idéia.<sup>10</sup>*

Enquanto os militares brasileiros se batiam pelo fortalecimento de sua corporação, especialmente em face ao contexto internacional e às polícias estaduais, o governo, exemplarmente no Estado Novo, reforçava neste processo os seus instrumentos de centralização político-administrativa, encontrando não só respaldo, mas estímulo, entre os atores ligados à política externa.<sup>11</sup> Entre as bases das percepções da EDB figurava, num sentido razoavelmente consensual, a necessidade de um aparelhamento militar relativamente urgente e amparado na ampliação da base industrial nacional. De fato, esta questão se tornou um ponto importante na agenda comercial e política do Brasil com os países centrais.

Todavia, não eram apenas as ameaças potenciais que os países beligerantes do hemisfério norte representavam o único foco de preocupações da EDB com a integridade do território nacional. Pelo contrário, desde os anos 30 e até mesmo após ruptura e declaração de guerra do Brasil ao Eixo em 1942, os temores, especialmente dos militares, eram com relação à posição do Brasil na América Latina, fundamentalmente com relação às suas fronteiras com o seu tradicional rival na política regional: a Argentina.

Em um detalhado relatório a respeito da posição nacional no contexto latino-americano apresentado pelo general Valdomiro C. de Lima, que em 1935 ocupava a Inspeção do 1º Grupo de Regiões Militares, o inimigo provável do Brasil é, antes de tudo, de fala espanhola:

*Embora o Brasil mantenha perfeitas relações de amizade oficial com seus vizinhos, é incontestável, em caso de guerra de um deles conosco, a união geral (...) dos países hispano-sul-americanos. Essa união é denunciada pela tradição histórica, ambições mal contidas, origem da formação das nacionalidades, ódios hereditários, pendências sobre territórios limítrofes, propaganda lenta e*

*constante que vem sendo difundida, há anos, contra o Brasil, ligações, interesses e tendências políticas, raciais etc.*<sup>12</sup>

A visão do general é bastante clara com relação a posição pouco cômoda do Brasil no Continente, uma vez que coloca a amizade entre os vizinhos como simplesmente *oficial*, diferentemente dos discursos pronunciados em eventos diplomáticos em que incansavelmente se proclamava a tradicional solidariedade entre os povos. É importante frisar, contudo, que a sua percepção particular da realidade a respeito desta questão específica se baseia mais sobre preconceitos - *tradição histórica e ódios hereditários* - do que sobre os elementos efetivos que alimentavam as disputas políticas entre os países da América do Sul, tais como o acesso ao petróleo boliviano, ou o suposto petróleo da região do Chaco, e ainda o franqueamento de corredores comerciais para os países mediterrâneos, junto aos portos de Buenos Aires e Santos.

Havia um consenso já tradicional nos meios diplomáticos brasileiros, cunhado ainda pelo Barão do Rio Branco, ao qual o general Valdomiro de Lima não fugia, de que o Brasil era algo como uma ilha lusitana num mar hispânico e que, em caso de crise, todos os países da América Latina contra ele se voltariam.<sup>13</sup> Nesse sentido, figurava como necessidade imperativa à política externa brasileira consolidar uma posição segura no contexto regional, a qual lhe permitiria levar a diante as suas políticas tanto de desenvolvimento econômico quanto de defesa no contexto da rivalidade regional, cujo principal expoente era a Argentina.

No entanto, é sabido que essa orientação não poderia ser conduzida à margem da política das potências atuantes na área. Rezava a tradição da política externa brasileira que o equilíbrio de poder no sub-continente favorável ao Brasil adviria da aliança especial com os Estados Unidos, firmada no início do século.<sup>14</sup> Contudo, o contexto da época abria ao Brasil a possibilidade de negociar não só com os EUA mas com a Alemanha os termos de uma aproximação econômica e estratégica que lhe renderia a posição de supremacia regional.

Com relação à necessidade de um suporte externo à política internacional brasileira, bem como ao desenvolvimento econômico nacional, Oswaldo Aranha, desde o seu comissionamento para a Embaixada de Washington, frisava a importância de uma aproximação mais sólida com os Estados Unidos.<sup>15</sup> A percepção de Aranha, que irá prevalecer junto a Vargas, pretendia que nessa aproximação o Brasil viesse a ocupar para os EUA a posição de *aliado especial* na América Latina,<sup>16</sup> dada a sua importância política (uma vez que ocupava uma posição chave no apoio

ao pan-americanismo), estratégica (a “saliência” do nordeste) e as suas possibilidades econômicas. Em contrapartida, o segmento da EDB favorável ao Eixo em 1940 negociava, independentemente do Itamaraty, a possibilidade de a Alemanha fornecer créditos e tecnologia no pós-guerra para a construção de uma siderúrgica no Brasil.<sup>17</sup> Na esteira da intensificação das relações comerciais e da aquisição de armamentos junto ao Eixo, cogitava-se a possibilidade de apoio da Alemanha às políticas de defesa e industrialização do governo Vargas.

Apesar das divisões ideológicas dos quadros da elite diplomática brasileira com relação à orientação *germanófila* ou *americanófila* da política externa, era consensual para esses atores a necessidade de se buscar suporte em uma potência para viabilizar o projeto de desenvolvimento, de defesa e de supremacia regional do Brasil. O desenrolar da guerra, a ofensiva diplomática dos EUA sobre a América Latina e sua disposição em atender as demandas do governo brasileiro antes que a Alemanha pudesse vir a tanto, fez com que o Brasil se alinhasse definitivamente com a política de Washington na Conferência do Rio de Janeiro.

#### A SUPREMACIA BRASILEIRA SOBRE A AMÉRICA LATINA

A formulação das necessidades brasileiras para a sua política externa regional e, em especial, para a área de defesa, que se subordinava ao projeto de preponderância política, econômica e militar sobre a América do Sul, envolvia, obviamente, a avaliação da política similar do principal antagonista na região. Nesse sentido, a realidade do Cone Sul será pintada pela EDB, preponderantemente pelos órgãos de assessoria militar, com cores que frisavam a superioridade econômica e militar da Argentina e a conseqüente inferioridade do Brasil nesses dois campos ao longo da segunda metade dos anos 30 e do início dos 40.

Não era novidade para ninguém nos meios diplomáticos e comerciais que, desde o final do século XIX, a Argentina vinha crescentemente aumentando a sua importância econômica e política na região como país exportador de grãos e carne. Nos anos mais agudos da Grande Depressão, as suas exportações sofreram comparativamente menos que o café brasileiro por se tratarem de artigos de primeira necessidade e por não padecerem de uma crise de superprodução. As repercussões de uma situação econômica menos crítica na Argentina se farão sentir também no Brasil, de maneira que, em 1935, Vargas temia que Buenos Aires se tornasse o principal centro exportador de matérias primas da região.<sup>18</sup> No

mesmo sentido, embora numa dimensão menos quantificável, Heitor Lyra, que em 1942 atuava como Ministro Plenipotenciário em Buenos Aires, registrou em suas memórias a enorme riqueza que circulava naquela capital, que não deixou de aumentar nos anos da guerra com a manutenção das exportações de gêneros para a Inglaterra.<sup>19</sup>

Será contudo no plano militar que a elite diplomática brasileira irá revelar maiores apreensões quanto a situação portenha. Antes mesmo do advento do Estado Novo, quando, conforme as tensões políticas iam aumentando na região, o corpo diplomático brasileiro colocava em prática um sistemático monitoramento das atividades políticas, econômicas e militares da Argentina, os setores de inteligência do Exército brasileiro já vinham apontando para o deslocamento do equilíbrio de forças em favor do Prata:

*A Argentina atualmente mantém certa superioridade terrestre, marítima e aérea, dispondo de importantes recursos e boa organização econômica. Sob o ponto de vista militar, é uma potência de primeira grandeza no nosso continente. Seus quadros militares profissionais são competentes, seu material de guerra é copioso e moderno, seu serviço de recrutamento é aperfeiçoado, baseado num sistema de alistamento modelar; suas vias de comunicação, além de numerosas, cortam o país em todos os sentidos e sua rede ferroviária pode realizar correntes de transportes aptos a atender à concentrações rápidas em suas principais zonas fronteiriças; sua indústria, num invejável esforço de seus homens, já se salientou brilhantemente, pois possui uma fábrica de aviões, a única existente na América do Sul.<sup>20</sup>*

O mesmo relatório conclui tecendo um paralelo entre a política brasileira para a Bacia do Prata nos tempos do Império e na sua atual conjuntura, frisando que no primeiro contexto a ação brasileira era resguardada pelo seu predomínio militar e que, no momento de sua redação,

*A política adotada (...), [bem] como as tendências tradicionalmente pacifistas de nosso povo, conduziram as nossas forças armadas a uma fraqueza militar muito abaixo do nível de segurança que exigem a extensão territorial de nosso país e a nossa situação política e econômica na América do Sul, fazendo-nos adotar o desarmamento relativo da Nação, no que não somos acompanhados pelos nossos vizinhos do continente.<sup>21</sup>*

De fato, a Argentina empreendeu um progressivo plano de reequipamento de suas forças armadas que se estendeu desde o final dos anos vinte até o limiar da II Guerra Mundial. Uma série de dados apontam para a superioridade militar argentina, inclusive a tonelagem e média de idade de sua esquadra.<sup>22</sup> Todavia, não era apenas a avaliação da disparidade de forças que motivava os estudos sobre a questão. A perspectiva de que a Argentina pudesse mobilizar o seu potencial, seja como forma de pressão política, seja como instrumento de uma conflagração real, era um fator definido na equação da geopolítica continental da EDB. As disputas diplomáticas travadas em torno da guerra e da paz do Chaco e a delicada questão da frustrada tentativa brasileira de arrendamento dos *destroyers* norte-americanos, somadas à tradição de rivalidade entre Brasil e Argentina, operavam como um catalisador das tensões naquele conturbado contexto internacional.

Operando nesse sentido, portanto, será com os olhos voltados para a Argentina que o general Góes Monteiro irá traçar as linhas básicas do plano de guerra brasileiro em 1938<sup>23</sup> e, mesmo com todas as garantias de fornecimento de armamentos dadas pelos EUA após a Conferência do Rio de Janeiro, o Alto Comando militar brasileiro, quando da ruptura com o Eixo em 1942, se mostrava extremamente apreensivo não apenas com a possibilidade de retaliações por parte da Alemanha, mas com a fragilidade das defesas no sul do país.<sup>24</sup> A constatação da inferioridade militar brasileira e a percepção de que uma Argentina fortalecida representava um revés para o Brasil não se circunscrevia apenas ao segmento militar da EDB, como aponta o depoimento de Oswaldo Aranha a Vargas, que, inclusive, não descarta a possibilidade de se levar a cabo uma corrida armamentista na região:

*A Argentina armou-se com uma rapidez incrível e com objetivos que não podem deixar de alarmar os homens públicos do nosso país. (...) Não nos armamos na prosperidade por cegueira e na crise por falta de recursos. Agora, porém não é mais possível contemporizar. E mesmo porque este é o único meio de deter a Argentina e fazê-la, como de vezes anteriores, vir a nós para pedir uma trégua ou um acordo. (...) Creio, Getúlio, que além desses fatos, a atitude exclusivista e agressiva da política argentina, a passeata de sua esquadra ao redor da América, são indicações que merecem consideração especial. A Argentina visa qualquer conquista ou posição, que só poderá ferir o Brasil.*<sup>25</sup>

O principal arquiteto da aproximação diplomática entre Brasil e Argentina no início de 1938 e nos preparativos da Conferência de Lima, realizada em dezembro daquele ano, via com marcado receio o fortalecimento do país vizinho e tampouco furtou-se de apoiar as demandas militares pelo reequipamento das forças armadas brasileiras.

A implementação do projeto de hegemonia regional que, embora não fosse novo, assumia peculiaridades próprias daquele contexto, tinha como fim recuperar a supremacia que durante o Império o Brasil gozara na região. Para tanto, uma vez formuladas as orientações básicas de sua ação, esta passava, necessariamente, pela avaliação da situação, naquele momento privilegiada, da Argentina, na qual se constatava a sua preponderância econômica e militar e o seu significativo poder de influência nas questões que envolviam a política continental.

Bem conhecido o horizonte de suas necessidades e a posição do seu rival, a elite diplomática brasileira vai, ao longo dos anos 30, costurando políticas que viessem a assegurar ao Brasil a hegemonia na região. Todas as gestões do Itamaraty, durante o primeiro governo Vargas, de uma forma ou de outra, envolveram-se nos seus contextos específicos, com a disputa pela supremacia regional, decorrente da velha e tradicional rivalidade entre Argentina e Brasil. Toda a questão da Guerra do Chaco, por exemplo, foi apenas um capítulo, extenso por sinal, dessa disputa.<sup>26</sup> Será, contudo, na gestão de Oswaldo Aranha que se terá a concepção e implementação de um projeto mais consistente e elaborado de hegemonia regional brasileira.

Stanley Hilton fixa como três as linhas básicas de ação do Ministério das Relações Exteriores no início da gestão Aranha, em 1938. Estas envolviam 1) a repressão às atividades nazistas no sul do país; 2) a consolidação de relações especiais com os EUA e 3) a manutenção da rivalidade com a Argentina. Tratava-se, conforme Hilton, de uma visão estratégica que pretendia assegurar ao Brasil a preeminência sobre a América Latina e que envolvia o desenvolvimento de seu potencial econômico e militar de forma associada à potência norte-americana, de maneira que pudesse também fazer frente à ameaças vindas do Prata ou de ultramar.<sup>27</sup>

Embora para Getúlio Vargas, no início do Estado Novo, ainda não estivesse definido qual seria a potência que forneceria o apoio econômico, tecnológico e estratégico para o projeto de hegemonia regional brasileira, tanto na esfera do Itamaraty quanto na do Conselho Federal de Comércio Exterior, Vargas vinha incentivando o comércio de produtos acabados com os países vizinhos, afim de neles reforçar a presença econômica do Brasil.<sup>28</sup>

Dentro de suas linhas de ação básicas, Aranha irá, desde cedo, encabeçar uma política de apoio ao pan-americanismo, sem contudo amarrar em demasia o Brasil às obrigações multilaterais, especialmente na área de defesa. Às vésperas da Conferência de Lima, as suas orientações a Mário Pimentel Brandão, Embaixador brasileiro em Washington, são claras, pois recomenda que a questão do pacto de segurança coletiva, que compunha a pauta da conferência, ficasse restrita às fórmulas da *consulta mútua* e das declarações de *ato inamistoso* ou seja, os representantes do governo brasileiro deveriam evitar acordos de defesa cooperada. Por outro lado, instruía o Embaixador que:

*O Brasil, porém, deseja examinar com os E. U. a hipótese de um pacto mais extenso de cooperação e assistência militar e naval. O assunto é delicado e exige de V. passos absolutamente discretos e secretos. A retomada do caso dos 'destroyers,' a aquisição de artilharia de costa e a compra de aviões são campos abertos a um entendimento fácil.<sup>29</sup>*

O fim último da política continental brasileira do Estado Novo era, conforme se pode depreender das instruções reservadas do Chanceler, o estabelecimento das bases necessárias à construção da sua hegemonia regional, construída através de uma aliança especial com uma potência. Para Aranha, essa potência era indiscutivelmente os EUA, com o qual, em acordos privilegiados e paralelos ao pan-americanismo, se obteria a tão desejada superioridade militar no subcontinente.

Nesse sentido, se justifica a política aparentemente ambígua de Aranha, que naquele momento apoiava o pan-americanismo mas evitava o estabelecimento de normas de ação conjunta face às agressões externas que fossem além da consulta coletiva. Tratava-se de, sem abandonar o discurso da União Pan-Americana, procurar reservar ao Brasil uma posição de interlocutor diferenciado, que deveria negociar independente dos demais países questões de defesa que seriam concernentes apenas a Brasil e EUA. Em certa medida, essa estratégia contribuiu para que se abrisse um certo espaço privilegiado de negociação junto aos Departamentos de Estado e Defesa norte-americanos, quando das viagens de Góes Monteiro à Washington em 1939 e 1940.<sup>30</sup>

A idéia de que havia a necessidade premente se retomar a condição de país mais e melhor armado na região se difundiu pelo corpo diplomático brasileiro naqueles anos de tensão mundial e de crescente rivalidade com a Argentina. Tanto que Luís Guimarães, embaixador em

Buenos Aires, se mostrava extremamente preocupado com a possibilidade de a Argentina ampliar a sua vantagem nesse campo através de acordos referentes ao treinamento de pilotos militares argentinos por oficiais norte-americanos:

*Tudo indica a crer que os Estados Unidos procuram estender à outras nações americanas o apoio técnico que a tempo dispensam ao Brasil. Tal política militar é, entretanto, fundamentalmente contrária aos nossos interesses, que devem procurar senão a sua anulação total, pelo menos um limite que nos deixe grande margem de prestígio e segurança.<sup>31</sup>*

Em plena sintonia com as diretrizes apontadas pela chancelaria, Guimarães explicita a idéia de que o Brasil deveria ocupar um lugar especial na pauta de assuntos militares dos EUA para a América Latina, procurando assegurar no mais breve prazo possível a superioridade militar. Mais do que isso, está claro que o Brasil deveria interferir de maneira objetiva e eficiente - *anulação total* - para reverter uma possível política norte-americana de crescimento equilibrado do potencial bélico dos países ao sul do rio Grande, especialmente no que concerne à Argentina, que até então vinha construindo a superioridade sobre o Brasil.

A construção da hegemonia brasileira na região não se restringiria apenas à presença econômica e à superioridade militar, pois envolvia também o campo político-diplomático propriamente dito. No decorrer do Estado Novo, o Itamaraty imprime uma orientação no sentido de intensificar a presença política brasileira nos demais países latino-americanos, especialmente naqueles que faziam fronteira tanto com o Brasil quanto com a Argentina. Da mesma forma com que a gestão de Baptista Luzardo na Embaixada em Montevideu foi marcada por um esforço de aproximação política e diplomática entre Brasil e Uruguai, os debates em torno da possibilidade de perdão da antiga dívida de guerra do Paraguai assumiram, para a EDB, um contorno no qual se procurava reforçar a presença brasileira naquele país. Para Rodrigues Alves, o perdão da dívida por parte do Brasil deveria ter como contrapartida do Paraguai a assinatura de um acordo de não agressão e amizade perpétua, no qual este se comprometeria com a resolução estritamente pacífica de seus problemas com Rio de Janeiro e em não compor alianças militares contra o Brasil. Suas sugestões para a questão, contudo, não se encerravam por aí:

*Podéria também [o Paraguai] comprometer-se a construir as suas*

*estradas de ferro da Concepción a Ponta Porã, e de Assunción a qualquer ponto um pouco acima do salto de Sete Quedas, que o pusesse em ligação direta com o Brasil. Acredito que dentro dessas idéias, nós poderíamos cancelar a dívida paraguaia, com proveito e vantagem para ambos os países e como real manifestação de uma grande política de boa e efetiva vizinhança.*<sup>32</sup>

Com o perdão da dívida, o Embaixador pretendia sedimentar um aliado permanente na política sul-americana, assegurando-se que em hipótese alguma o Paraguai viesse a realizar um velho temor da diplomacia brasileira: coligar-se com os demais países hispânicos, especialmente com a Argentina, contra os interesses do Brasil. A questão das linhas férreas visava assegurar aos portos brasileiros a passagem de uma parte de seu comércio de exportação e importação, acentuando a importância brasileira na economia paraguaia.

Entre as necessidades formuladas pela EDB, figurava a questão de amparo de uma potência ao projeto brasileiro. Para Aranha, a quem a ascendência brasileira sobre os demais países latino-americanos era mesmo natural, não se tratava exatamente de amparo, mas de uma parceria entre Brasil e Estados Unidos, conforme se pode depreender de sua correspondência trocada com o Secretário de Estado Cordell Hull:

*A nossa amizade é histórica e fundou-se sempre na recíproca compreensão de nossos interesses e propósitos comuns e próprios e na necessidade de uma vigilante cooperação para a defesa da posição norte-americana no mundo e da nossa na América do Sul. Os Estados Unidos contaram sempre, desde o Império, com o nosso apoio nas questões internacionais e procuraram dar o seu concurso para a resolução dos nossos problemas de segurança e economia e para a manutenção de nossa histórica e natural preeminência, cada vez mais necessária, nos negócios políticos dos povos sul-americanos.*<sup>33</sup>

O Chanceler é muito claro com seu colega norte-americano, eloqüente até. Num momento em que o Brasil já está definitivamente alinhado com os EUA - a Conferência do Rio de Janeiro havia se dado a mais de dois anos - ele frisa a posição do Brasil de apoiar praticamente sem restrições a política externa da superpotência ocidental que então se vislumbrava, esperando, em contrapartida, que o Brasil pudesse consolidar uma sub-hegemonia regional.

A preponderância brasileira sobre os demais países da América

Latina, *necessária* segundo Aranha, deveria se dar sob o enquadramento de um aliado especial dos Estados Unidos, que lhes exerceria a função de *país chave* na região. Mais do que isso, um Brasil armado e prestigiado pelos EUA, capaz de, até o final da guerra, bater a superioridade econômica e militar Argentina, estaria apto para não só exercer a sua política para a América do Sul em consonância com a da potência dominante, mas de ocupar um espaço mais significativo no cenário internacional.<sup>34</sup> Irão decorrer dessa orientação, as movimentações, depois frustradas, para a obtenção de um assento como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e, de uma simplificação da mesma, a política de alinhamento automático aos EUA no governo Dutra.<sup>35</sup>

Aranha obviamente não sonhava sozinho. A tradição de rivalidade com a Argentina, que nunca deixara de circular pelos corredores e salas do Itamaraty, relembram que as pretensões hegemônicas brasileiras não eram recentes. Todavia, a conjuntura específica de crise do sistema internacional, de disputa interimperialista na América Latina e, posteriormente, de conflagração mundial, abriu espaços para que se imprimisse maior factibilidade a esse projeto. O general Góes Monteiro, detentor de uma visão muito pragmática da realidade internacional, via o momento, especificamente a guerra, como uma oportunidade única de o Brasil redefinir a sua inserção na América Latina:

*A respeito do nosso futuro, não tenho porque mudar de opinião: se deixarmos transcórrer o atual momento histórico - última oportunidade que se nos oferece a guerra - sem nos levantarmos do 'berço' para adquirirmos uma posição sólida e desafogada no continente, creio que arriscamos a perder tudo mais.*<sup>36</sup>

Entre as bases das percepções da elite diplomática brasileira, o projeto de construção de uma hegemonia regional subordinada ao sistema de poder norte-americano se manifestava através do discurso, sempre reservado aos atores plenamente autorizados, da preeminência do Brasil sobre a América Latina, executada em parceria com a política norte-americana. Era a política do país chave na região. Essa sintonia com a política de Washington, decorrente da orientação americanófila que acaba por prevalecer na EDB, contava com a privilegiada ajuda econômica e militar dos EUA e procurava mantê-la reservada ao Brasil. A própria Força Expedicionária Brasileira, também negociada junto aos EUA, foi mais uma estratégia do Estado Novo dentro dessa perspectiva. Com o envio de tropas brasileiras equipadas e transportadas pelos norte-ameri-

canos à Itália, pretendia-se, a um só tempo, manter a remessa de armamentos que garantiria a supremacia militar do Brasil na América Latina e assegurar-lhe uma posição diplomática privilegiada nas negociações de paz e do pós-guerra.<sup>37</sup>

O principal espaço de atuação internacional brasileira se dava no âmbito da política interamericana, no qual o governo Vargas defenderá senão a totalidade das posições norte-americanas, pelo menos fórmulas intermediárias que a elas se coadunem. Havia então, uma dinâmica e interesses próprios da política de preponderância brasileira sobre a região, que se davam tanto nas esferas das relações multilaterais quanto das bilaterais. Assim, o projeto de construção da sub-hegemonia brasileira na América Latina possuía dois horizontes de atuação sobre a política continental; os quais preservavam uma tradição e dinâmica própria, e por vezes independente, da ação norte-americana. O primeiro destes horizontes, refere-se ao campo das relações multilaterais, envolvendo, portanto, as conferências interamericanas, nas quais procurou-se firmar o Brasil como uma liderança legitimada. O segundo deles desenvolvia-se no plano das relações bilaterais, no qual o Brasil procurava ampliar o seu peso junto a vizinhos estratégicos.

Apesar de a Liga das Nações ter exercido um peso observável na política continental nos anos 20, a tradição das Conferências Interamericanas não havia sido quebrada e, pelo contrário, fortaleceu-se nos anos 30. Nesse sentido, a Conferência Interamericana de Lima, convocada para dezembro de 1938 em virtude da iminente conflagração européia, seguiu o princípio de consultas mútuas sugerido na Conferência de Consolidação da Paz do Chaco em 1936. Em Lima, este princípio é solidificado e são declarados o pan-americanismo e a solidariedade entre as repúblicas americanas.<sup>38</sup>

Espaço próprio de disputas por liderança e legitimidade, a Conferência observou marchas e contramarchas em torno da fórmula que fixou o princípio de consulta mútua. À proposta norte-americana, a Argentina apresentou uma segunda ligeiramente modificada, gerando não exatamente um conflito, mas um pequeno impasse diplomático. O Brasil aproveita-se da ocasião e coloca-se numa posição de mediador da contenda, o que lhe rende a possibilidade de seu representante na conferência, Afrânio de Mello Franco, pronunciar um discurso reafirmando os princípios de mediação, arbitragem e pacificação que norteavam a política externa brasileira.<sup>39</sup>

A mediação entre Argentina e EUA - que voltará e se repetirá em outras conjunturas - e o discurso do chefe da missão brasileira tinham o claro

objetivo de, mantendo a atuação brasileira nas conferências em *high profile*, assegurar ao Brasil credenciais de liderança continental, especialmente legitimada por uma orientação conciliadora. Todavia, nada disso impedia o cuidado do Itamaraty em não amarrar-se em demasia ao pacto de segurança coletiva, sugerido na mesma conferência, e a procurar conversações reservadas com os EUA na área de defesa, conforme já foi visto.

A eclosão da guerra na Europa justificou a convocação da I Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores Americanos, realizada em 1939 no Panamá. Os temas da conferência giraram em torno da declaração conjunta de neutralidade, da manutenção da paz no continente e da cooperação econômica.<sup>40</sup> A ação do Brasil no Panamá seguiu a mesma orientação da conferência anterior. Mais uma vez são declarados os princípios norteadores da política externa brasileira, que procuravam destacar a sua tradição de defesa do Direito Internacional. O Brasil se coloca abertamente a favor do fortalecimento da unidade continental, tanto no ambiente da conferência, como em círculos bilaterais, o que é observável nos discursos do general Góes Monteiro à missão militar argentina que, às vésperas da conferência, visitou o Rio de Janeiro.<sup>41</sup>

Quando da invasão alemã à Bélgica, Holanda e França, os Estados Unidos convocam a II Reunião Consultiva de Chanceleres Americanos, realizada em Havana em julho de 1940. Apesar de reafirmada a neutralidade continental, esta começa a se inclinar claramente para o lado dos Aliados, como decorrência das pressões dos EUA. Longas discussões entre as missões argentina e norte-americana se travaram em torno da fórmula relativa às colônias americanas dos países ocupados, especialmente no tocante a instalação de uma administração provisória por parte da União Pan-Americana.<sup>42</sup> Com certeza, uma das medidas acordadas que mais beneficiaram os interesses brasileiros foi a que assentou as negociações bilaterais na área de defesa dentro do sistema pan-americano, mas à margem das negociações coletivas. Sem abandonar a retórica da defesa continental, Brasil e EUA entabulavam negociações para a ajuda militar privilegiada e a instalação de bases norte-americanas no nordeste brasileiro. Em outubro daquele ano era criada a Comissão Mista Americano-Brasileira de Oficiais de Estado Maior.<sup>43</sup>

A III Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos do Rio de Janeiro, realizada no início de 1942, teve como mote a entrada dos EUA na II Guerra Mundial. O contexto dessa conferência era, portanto, bem diferente das anteriores, pois a orientação norte-americana será não mais de apertar os laços do pan-americanismo no âmbito da neutralidade, mas de obter a ruptura de relações diplomáticas do continente com o Eixo.<sup>44</sup>

Dessa forma, a pauta da Conferência irá girar em torno da defesa continental (ruptura e cooperação militar) e da cooperação econômica face ao conflito. Nessa conjuntura, não era segredo que a concessão de ajuda militar e econômica norte-americana à América Latina era subordinada à ruptura desta com o Eixo.<sup>45</sup>

O clima da conferência será tenso em função da orientação imprimida pela Argentina, secundada pelo Chile, de manter a neutralidade, embora mantivesse o princípio de solidariedade considerando os EUA país *não beligerante*. A Conferência do Rio é extremamente importante para a política traçada por Aranha não só pelo fato de acontecer no Brasil e por ele ser presidida, mas por ter o Brasil ocupado ali uma posição vital para a política norte-americana. Será através de Aranha que o Departamento de Estado negociará junto à Argentina a fórmula intermediária da recomendação da ruptura para ser declarada ao final da conferência, o que preservaria a unidade, pelo menos nominal, do pan-americanismo.

Essa intermediação brasileira, que supunha o alinhamento prévio aos EUA, marcou não só o final da *equidistância pragmática* face aos blocos em conflito, mas a materialização progressiva das concessões norte-americanas, já negociadas, nas áreas de armamentos e indústria básica que permitiram a viabilização do projeto de supremacia econômica e militar do Brasil sobre a América Latina de forma geral, e sobre a Argentina, em particular. O prestígio político do Brasil frente aos demais países, especialmente Uruguai, Paraguai e Bolívia, era também significativo e contrastava com a Argentina que se via na iminência de um isolamento problemático. A partir de então, as tensões serão crescentes, tanto em função do antagonismo argentino à política dos EUA, quanto da rivalidade tradicional dos dois maiores países da América do Sul.

O ano de 1945 entra já com o pós-guerra no seu horizonte político e a nova ordem mundial como primeiro ponto na pauta das conferências internacionais. A Argentina, que vinha sofrendo um severo cerco diplomático, acrescido de embargos econômicos decorrentes de sua política de neutralidade, convoca a IV Reunião Consultiva de Chanceler Americanos. Seu pedido, contudo, que continha uma iniciativa de distensão, foi rechaçado pelos EUA através da convocação da Conferência Especial de Consulta do Sistema Interamericano, ou Conferência de Chapultepec, realizada no México nos primeiros meses de 1945 e que credenciava apenas os países do continente em guerra com o Eixo.

O ponto central dessa conferência era a manutenção da unidade americana em torno das conferências do pós-guerra, nas quais os Estados Unidos deveriam fazer frente não só aos interesses de Inglaterra e

França, mas aos da URSS. Assim, em caráter secreto, os EUA começam o processo de distensão com a Argentina, que teria a normalização de suas relações com o continente ao final da conferência se previamente declarasse guerra ao Eixo.<sup>46</sup> Neste processo, o Brasil mantém-se rigorosamente alinhado com os EUA, tanto na refuta da iniciativa argentina, quanto na formalização da conferência restrita aos países participantes do esforço de guerra, quanto no envio do novo embaixador brasileiro a Buenos Aires somente após o reconhecimento do governo argentino por Washington. A Argentina normalizava suas relações com o continente, entretanto, o fazia numa posição inferior à brasileira, no que toca a supremacia política, militar e econômica na região. O fiel da rivalidade, ao final da guerra, havia pendido em favor do Brasil.

No plano bilateral, por sua vez, o Brasil também executará uma política ativa, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos. Neste âmbito, a rivalidade com a Argentina era ainda mais clara, pois tratava-se da consolidação de uma zona de influência (Uruguai, Paraguai Bolívia e, em menor escala, Chile) em que ambos países possuíam velhas pretensões.

O esforço nas conferências em torno da obtenção de credibilidade do Brasil junto aos demais países da América Latina e a política de incremento da presença econômica entre os vizinhos apresenta resultados ainda no período que precede a consolidação da supremacia brasileira sobre a Argentina. No início de 1941, o embaixador Baptista Luzardo informa a Vargas que fora procurado pelo embaixador paraguaio em Montevideu para conferenciar a respeito de movimentos subversivos em seu país que, segundo ele com apoio argentino, procuravam derrubar o governo do Paraguai de orientação pró-brasileira. Ponderava o representante paraguaio que se tal fato se desse, estaria instaurada a anarquia no Prata.<sup>47</sup>

O que poderia ser apenas o apelo de um governo com dificuldades de sustentação interna, contudo, se mostrou mais sério, pois a Bolívia, através de seu Chanceler, também manifestara a Luzardo a sua preocupação com uma eventual tomada de poder por parte dos grupos nacionalistas pró-argentinos, que poderiam reabrir as discussões em torno da questão do Chaco. Em seu relato a Aranha, o Embaixador brasileiro em Montevideu narra que o Chanceler paraguaio faz uma “profissão de fé” do Brasil como detentor do comando absoluto da diplomacia na América do Sul e pede um apoio decisivo brasileiro para o fortalecimento de seu governo através de um convite para o Chanceler paraguaio visitar oficialmente o Rio de Janeiro. O Paraguai por sua vez acenava com a aceleração das negociações em torno da abertura de uma agência do Banco do Brasil em Assun-

ção e da construção da estrada de ferro que ligaria ambos países através do Mato Grosso. Face a isso tudo, Luzardo pondera:

*O panorama geral é sombrio para o Paraguai, e o nosso papel, Oswaldo - já que conheces a história da nossa diplomacia e os rumos fixados pelo Barão - não será o de interceder resolutamente, prevenindo a direção que os outros buscam dar aos fatos ali desenvolvidos? Talvez tenhas aí, para uma grande atuação patriótica, a oportunidade hoje mais em evidência.<sup>48</sup>*

A sugestão de Luzardo encontra eco nos demais membros da EDB. De maneira discreta, porém efetiva, os apelos paraguaios são ouvidos e em agosto de 1941 Vargas visita Assunção e assegura, frisando os postulados de respeito à soberania dos demais países e do auxílio mútuo - os quais figuravam como norteadores da política externa brasileira - que seu governo em tudo faria para colaborar com o Paraguai e para a preservação da paz no continente.<sup>49</sup> Além do apoio político decorrente da visita presidencial e das declarações públicas de apoio, em breve estaria no Paraguai uma missão militar brasileira e alguns oficiais das forças armadas deste país seriam convidados a fazer cursos de aperfeiçoamento em instituições brasileiras.

A crescente presença brasileira no Paraguai não deixou, dada a rivalidade Brasil/Argentina, de gerar repercussões em Buenos Aires. Em dezembro de 1942 Rodrigues Alves analisa o envio de uma missão argentina de instrução à marinha fluvial paraguaia como uma tentativa de contrabalançar a influência brasileira na região. Nesse sentido, conclui o Embaixador que o que está em questão:

*É a velha história dos predomínios junto aos vizinhos mais próximos. A República Argentina vê que o Brasil, por efeito natural da expansão de seu progresso e da sua grandeza, vai aumentando o seu prestígio junto aos países menores que conosco circundam. E daí o seu afã de enviar missões que se sucedem à Bolívia, ao Chile, ao Peru, ao Paraguai e ao Uruguai.<sup>50</sup>*

O ano de 1943 foi marcado por uma tensão crescente nas relações internacionais no Cone Sul, em grande parte acentuada pela instabilidade dos governos argentinos. Porém, o Prata não foi o único epicentro de crises. Neste mesmo ano, começa a circular pelos meios diplomáticos e pela grande imprensa, discursos que defendem a necessidade de os paí-

ses mediterrâneos do continente, especialmente a Bolívia, obterem uma saída para o mar. Tal discurso causa profunda preocupação ao governo chileno, temeroso que velhos conflitos fossem reaccesos. De imediato, diferentes elementos da elite diplomática brasileira vêem na questão a oportunidade de o Brasil ampliar o seu prestígio político e a sua influência econômica na região através de uma ação mediadora, esvaziando as tensões e fornecendo facilidades de trânsito aos produtos paraguaios e bolivianos em seus portos.<sup>51</sup> Dentro dessa linha de pensamento e de forma bastante pragmática, Samuel Gracie, Embaixador brasileiro no Chile, faz as seguintes recomendações a Aranha:

*Assim, parece que, agindo V. E. no sentido de apaziguar os ânimos exaltados dos dois antagonistas, prestaria mais um relevante serviço ao interesse de ambos, pois vincularia o Chile por novos laços de gratidão ao nosso país, mostrando, por outro lado, à Bolívia o interesse sempre vivo com que olhamos para seus problemas. Aliás, talvez seja mais vantajoso para o Brasil retardar que a Bolívia chegue ao Pacífico, valorizando as nossas vinculações fluviais e ferroviárias na zona do oriente boliviano, vizinha ao Mato Grosso.<sup>52</sup>*

Alguns meses mais tarde, Gracie torna a escrever ao Chanceler Aranha enviando os agradecimentos do Presidente chileno Arturo Rios pela interferência brasileira na questão, que culminou na cedência de facilidades à Bolívia no porto de Santos. O Embaixador relata também que Rios renova seus votos de amizade com o Brasil e minimiza o conteúdo de aproximação política que os recentes acordos econômicos assinados com a Argentina pudessem vir a ter.<sup>53</sup>

Ao longo de toda a sua gestão no Itamaraty, Aranha procurou afastar o Chile da órbita argentina, de maneira que qualquer aproximação mais consistente destes países, como a que se engendrou na Conferência do Rio de Janeiro, era especialmente preocupante e foi, sem dúvida, um dos pontos que pesaram na decisão de interferir na polêmica boliviano-chilena de 1943. Ao largo dos anos da II Guerra Mundial, o perfil das relações bilaterais do Brasil com seus vizinhos mudou bastante. A imagem do isolamento lusitano no mar hispânico da América Latina não desaparece dos quadros da EDB, todavia, a visão de que o Brasil deveria ali consolidar uma supremacia associada aos EUA torna-se consensual e, ao cabo de alguns anos, engendrou análises de resultados. Nesse sentido, tentando avaliar a situação da política continental na segunda

metade de 1943, Aranha escreve ao Secretário de Estado norte-americano, Cordell Hull, nos seguintes termos:

*...conseguimos, ainda que sem caráter definitivo, atenuar a predominância argentina no Paraguai e no Uruguai, mas não se desconhece que em troca, ela passou a exercer-se de forma extensiva sobre o Chile e a Bolívia. (...) A minha impressão pessoal que dou ao amigo, é de que hoje temos menos ascendência política - os Estados Unidos e o Brasil - na Bolívia, na Argentina e no Chile do que antes dos seus movimentos internos.<sup>54</sup>*

Cabe frisar que, para Aranha os interesses brasileiros e norte-americanos estavam em plena sintonia, de forma que o Brasil apoiava a política dos EUA no mundo e estes apoiariam a política do Brasil para a América Latina. Dois projetos de hegemonia diferentes, que eventualmente podem ser excludentes - na medida que mesmo numa posição de subordinação o Brasil pretendia gozar de certa autonomia, naquele contexto e no pós-guerra - eram colocados pelo Chanceler como complementares, de maneira que a ação do Brasil no âmbito das relações bilaterais com seus vizinhos estivesse em sintonia com o pan-americanismo, com os Aliados e, em suma, com os interesses dos EUA.

Apesar desta tensão, que permanecerá latente até o desenrolar das conferências do pós-guerra, onde o Brasil não ocupará o espaço que pretendia, e das limitações identificadas por Aranha, decorrentes do peso que a Argentina ainda sustentava, a diplomacia brasileira consegue ampliar o seu espaço de atuação junto aos demais países da região. Em 1944, após percorrer vários países da América do Sul em missão especial, o Cônsul Jayme de Barros fornece alguns elementos importantes para a avaliação da política hemisférica do Brasil do Estado Novo:

*...voltei seguro de que cresceu o nosso prestígio na América, nos últimos anos, graças à sábia política de V. E., à nossa participação destacada nas decisões dos povos continentais, à fidelidade aos princípios pan-americanistas, à entrada do Brasil na guerra e ao desenvolvimento do nosso potencial econômico e militar.<sup>55</sup>*

Até aquele momento, o projeto de sub-hegemonia brasileira na América Latina associada aos EUA dava os frutos que a conjuntura específica daquele momento permitia, tanto nas relações com os EUA, quanto nos planos multi e bilaterais da política continental.

## O PAN-AMERICANISMO BRASILEIRO: PRAGMATISMO EXITOSO

A *redefinição* que a política externa brasileira sofre ao longo dos anos 30 se operou tanto no plano das suas relações com as grandes potências, compreendendo a manutenção de um pragmatismo comercial e de uma política pendular que visava barganhar o seu alinhamento; quanto na esfera continental, que visava de maneira clara e objetiva, ampliar a presença econômica e construir uma supremacia política e militar na América Latina.

Apesar dessa visível mudança na ação externa do Brasil, algumas linhas básicas, pensadas ainda nos gabinetes imperiais, permaneceram como estruturas de longa duração na pauta de preocupações dos formuladores e executores da política externa brasileira daquele momento. Sua articulação, todavia, passou por reelaborações que as tornavam coerentes com a conjuntura política e econômica própria dos anos do primeiro governo Vargas, mas não deixavam de ser velhas teses que desde o século XIX se faziam presentes nos quadros Itamaraty.

Nesse sentido, conforme aponta José Honório Rodrigues, três eixos fundamentais nortearam a política externa brasileira desde 1822 até o pós-II Guerra Mundial, compreendendo, então:

*a) preservação de nossas fronteiras contra as pretensões territoriais de nossos vizinhos: é a política do status quo territorial e, conseqüentemente, a defesa dos limites; b) defesa de nossa estabilidade política contra o espírito revolucionário, que perturbou nossa vida de 1824 a 1850. Foi (...) a política de intervenção contra os caudilhos platinos e c) defesa contra a formação de um possível grupo hostil de países hispano americanos, isto é, uma política de aproximação com os Estados Unidos, para não manter-se o Brasil isolado na América. Daí decorrem outros tantos princípios: defesa dos limites; política de equilíbrio no Prata; intervenção contra ameaças a esse equilíbrio; aproximação com os Estados Unidos.<sup>56</sup>*

Destes eixos, a questão da defesa dos limites territoriais brasileiros será constantemente lembrada pelos militares que, dada a escalada da tensão internacional nos anos 30 e da fragilidade de sua corporação, se bateram pelo reequipamento das forças armadas brasileiras, sendo que especial atenção foi dedicada às fronteiras próximas do Prata.<sup>57</sup> A política de intervenções diretas sobre vizinhos, desde a Primeira República

não estava em sintonia com a opção de respeito ao Direito Internacional que o regime havia feito, todavia, não eram descartadas ações no plano diplomático e comercial, conforme vimos com os exemplos acima de Paraguai e Bolívia.

A defesa contra um eventual isolamento do Brasil na América Latina e a aproximação com os Estados Unidos será, por sua vez, o eixo central que irá conduzir a atuação brasileira no âmbito do pan-americanismo, uma vez que, nos anos da guerra este se configurou como a estratégia mais viável para a realização do projeto varguista de modernização interna e de supremacia regional. Assim, a necessidade de buscar amparo econômico e militar em uma potência estrangeira (questão razoavelmente consensual na EDB) no que dependia do grupo de Aranha, encontrava-se plenamente sintonizada com a tradição de aproximação do Brasil com os EUA. Nos quadros do pan-americanismo, cujo discurso de cooperação e solidariedade continental afinava-se com a orientação legalista da política externa brasileira, o Brasil evitaria a possibilidade de uma união hispano-americana contra seus interesses, ou fronteiras, e ainda poderia diluir e mesmo administrar o peso político da Argentina na região.

Alguns atores da elite diplomática brasileira, em suas reflexões exteriores às análises e relatórios que assessoravam diretamente os processos de tomada de decisão, viam o pan-americanismo que os Estados Unidos propagavam no continente por uma perspectiva extremamente pragmática, na qual o seu horizonte era a rivalidade com a Argentina e a manutenção do equilíbrio de forças na região, que sabia-se ter pendido em favor da Argentina ao longo dos anos 30. O general Góes Monteiro, ao defender, já em 1934, a adoção de uma política nacionalista, no sentido de ruptura com a democracia liberal, recomendava o estreitamento de laços políticos, econômicos e comerciais com os EUA e com a América Latina. Em sua ótica, ainda que a unidade sonhada por Bolívar fosse uma hipótese remota e o conceito de pan-americanismo não estivesse ali claramente formulado, o continente, somente enquanto bloco, poderia garantir o seu equilíbrio.<sup>58</sup> Em outras palavras, para o general, o fortalecimento da política hemisférica representava uma possibilidade bastante ponderável de impedir que a Argentina viesse a se projetar ainda mais sobre um contexto regional fragmentado.

As preocupações com o equilíbrio regional, todavia, não se restringiam ao segmento militar da EDB, havendo sensível penetração entre os diplomatas. Tal visão era, também, influenciada pela difusão das orientações geopolíticas, que pensavam as relações internacionais na América do Sul a partir da rivalidade inevitável da bacia amazônica (Brasil)

com a platina (Argentina). Nesse sentido, ao avaliar os dez primeiros anos da política externa do governo Vargas, o cônsul Jayme de Barros pondera da seguinte forma os interesses brasileiros na política continental:

*Não será realmente difícil encontrar o equilíbrio no sistema de forças continentais que se distribuem entre os dois oceanos, o atlântico e o Pacífico, bem como entre as bacias do Amazonas e do Prata. Para isso, o Brasil precisa estabelecer uma rede de comunicações que corresponda à projeção da rede ferroviária argentina. Os acontecimentos históricos verificados na Europa, a partir de 1914, e que agora mais se agravam, acentuaram ainda essa tendência da nossa política pan-americana. Firmou-se, poderosa, a convicção de que se empunha o desenvolvimento rápido da política de reconstrução da América. A unidade das nações deste hemisfério deverá repousar num consórcio econômico, moral e político, de todos os povos que habitam suas terras livres. O presidente Getúlio Vargas, retomando essa tradição da nossa política exterior, deu-lhe uma amplitude que assegurou invejável posição ao Brasil no Continente.<sup>59</sup>*

Para o Chanceler Aranha, o Brasil se encontrava isolado no cenário internacional dos anos 30, sem aliados consistentes na Europa, cercado pelos países hispânicos, que eram vistos como “inimigos naturais” e tendo ainda que fazer frente à Argentina, a velha rival. Os EUA, então, configuravam-se como a única potência cuja aproximação poderia ser vantajosa para o Brasil,<sup>60</sup> e o pan-americanismo - propagado sob a bandeira da *boa vizinhança* da administração Roosevelt - seria o espaço institucional para preparar essa aproximação, sedimentada depois no âmbito bilateral.

A defesa do pan-americanismo será para Oswaldo Aranha um ponto central em sua política que, conforme foi visto, propunha-se a apoiar os EUA no mundo em troca do respaldo à sub-hegemonia brasileira na América Latina. Para tanto, o Chanceler não poupava discursos e tampouco uma retórica dramática para defender a orientação que procurava imprimir ao Itamaraty, assim, reiterava em 1940 que

*Neste transe, submetidos a esta provação, só salvaremos a cultura e a civilização americanas, a tranqüilidade e a paz de nossos povos, e a integridade mesma de nosso território se as bases de nossa estrutura comum americana tiverem consistência e organização capazes de resguardar cada um e todos os povos americanos dos*

*efeitos catastróficos das lutas travadas nos outros continentes.*<sup>61</sup>

A defesa inflamada de Aranha não era uníssona no Ministério das Relações Exteriores, havia uma certa dissonância com a fala, por exemplo, do Secretário Geral do ministério, José Roberto Macedo Soares, que no final de 1940 frisava que a aproximação brasileira com os EUA e com os demais países do continente não fechava as portas para os países europeus:

*A solidariedade americana, sem embargo, como bem acentuou o Barão do Rio Branco ao defini-la em memorável discurso: 'não implica de forma alguma qualquer exclusão hostil de outras nações, com as quais mantemos relações de amizade'. - Esse elevado propósito está mantido na escrupulosa neutralidade do Brasil face a guerra da Europa (...).*<sup>62</sup>

A dissonância dos discursos, contudo, é apenas aparente e revela a adesão pragmática do Estado Novo ao pan-americanismo, que mesmo atuando firmemente nas Conferência Inter-Americanas e mantendo importantes canais de diálogo com os Estados Unidos, mantinha laços comerciais e militares com Alemanha e Itália que deixaram o alinhamento internacional do Brasil indefinido até o final do ano seguinte. Dentro da política de barganhas conduzida por Vargas, Macedo Soares, de maneira arguta, defendia o pan-americanismo mas lembrava a todos que os laços com as potências europeias permaneciam firmes através da política de neutralidade que então vigorava.

No plano interno, a imprensa do Estado Novo tratou de difundir a doutrina do pan-americanismo e mesmo a idéia de que, ao contrário das reservas que a EDB tinha para com os demais países latinos do continente, havia no Brasil uma tradição pan-americanista. Um dos principais espaços de difusão dessas idéias nos meios intelectuais foi a revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), não poupando também eventuais artigos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.<sup>63</sup> Embora não tenha sido concluída a tempo para ser editada antes do término do Estado Novo, a obra de Gustavo Capanema, que seria a visão oficial acabada do governo Vargas, um autorretrato, também reproduzia o discurso da amizade e da solidariedade do Brasil com relação à América Latina, enfatizando o processo de construção do pan-americanismo e da superação dos conflitos regionais.<sup>64</sup>

No plano externo, Aranha foi um importante artífice para a difusão

do pan-americanismo junto aos demais países do continente, procurando, inclusive, estabelecer entendimentos com a Argentina do presidente Roberto Ortiz para a Conferência de Lima, em 1938.<sup>65</sup> Após a eclosão da guerra européia e de sua primeira viagem aos EUA, Góes Monteiro também irá se somar à defesa do pan-americanismo e da unidade continental, discursando não só para as autoridades militares argentinas, mas para os demais vizinhos.<sup>66</sup> Esses entendimentos com os dirigentes de Buenos Aires faziam parte de uma política de aproximação e distensionamento com a Argentina, imprimida no início da gestão Aranha no Itamaraty.

Em alguns segmentos da elite diplomática brasileira, o discurso do pan-americanismo encontra repercussão bastante favorável, como é o caso de Rodrigues Alves, que em 1939, via no fortalecimento da unidade continental a melhor defesa contra as ameaças que a guerra trazia para o continente.<sup>67</sup> Todavia, em diversos setores da EDB, permaneciam desconfianças, reservas e preconceitos com relação ao pan-americanismo - cujo viés hegemônico norte-americano não era, em absoluto, desconhecido<sup>68</sup> - e aos vizinhos de língua espanhola; de maneira que o próprio Aranha ponderava que se não fosse a ligação com os EUA, seus vizinhos já teriam se coligado contra o Brasil.<sup>69</sup> Na mesma direção, apontava a análise de um dos quadros da Embaixada brasileira em Montevideu a respeito de uma campanha simultânea nas imprensas peruana, chilena e argentina contra o Brasil:

*Percebia-se claramente o que pretendiam: procurava-se uma preciosa razão econômica, em torno da qual Peru, Equador, Colômbia e Venezuela se incorporassem mais clara e decisivamente à velha corrente histórica argentina contra nós. (...) Continuo dizendo que não devemos ter ilusões quanto aos países hispano-americanos. Só mesmo um poderoso interesse conseguirá abalar estas forças que se estruturam e disciplinam contra nós.<sup>70</sup>*

As declarações oficiais e os discursos de defesa do pan-americanismo que proclamavam a sólida e tradicional amizade entre as repúblicas americanas tratavam de, discretamente, ocultar uma profunda e antiga desconfiança para com os países vizinhos que imperava nas bases das percepções da elite diplomática brasileira.

O pragmatismo da adesão brasileira ao pan-americanismo reside, em parte na manutenção, até o seu limite máximo, da *equidistância pragmática* por Vargas, que colocava segmentos aliadófilos de seu governo a negociar com os EUA enquanto os germanófilos tratavam com a Ale-

manha. Por outro lado, reside também na orientação imprimida pelo Itamaraty de manter uma atuação intensa nos foros interamericanos de defesa da solidariedade continental - apesar de suas reservas - e procurar sempre o estabelecimento de relações especiais, paralelas ao sistema coletivo, com os Estados Unidos. Nesta perspectiva se deram as conversações de Góes com as autoridades norte-americanas, a formação da Comissão Mistas Brasil-EUA e as instruções de Aranha a Pimentel Brandão, cujo êxito é conhecido na obtenção de concessões especiais na esfera econômica e na militar. Dentro dessa mesma perspectiva, o Chanceler brasileiro procurava entendimentos com o seu colega norte-americano para assegurar a *histórica e natural preeminência* brasileira na América do Sul, bem como evitar que a Argentina viesse a ampliar a sua influência política sobre os demais países da região.<sup>71</sup>

A elite diplomática brasileira que entre 1930 e 1945 pensou e conduziu a política externa nacional, no embate de suas heterogeneidades e rivalidades internas, construiu orientações de longo curso para a inserção internacional brasileira. Partindo de uma visão bastante acurada do convulsionado contexto mundial e das limitações econômicas e militares do Brasil, desenvolveu estratégias para, explorando as rivalidades das grandes potências, superar tais impasses e levar adiante a perspectiva de exercer uma sub-hegemonia - associada aos EUA - sobre a América do Sul. O caminho pragmaticamente escolhido para por em prática tal orientação foi o do pan-americanismo, que apesar de não ter fornecido todos os frutos desejados, uma vez que o pretendido assento no Conselho de Segurança da ONU não se materializou em 1945, oportunizou ao Brasil o acelerado reequipamento de suas forças armadas, a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional e a supremacia política e militar sobre a Argentina, seu tradicional rival na política continental. As orientações que a EDB imprimiram eram, sem dúvida, autoritárias e sensivelmente influenciadas pelas doutrinas geopolíticas, todavia, o seu nacionalismo procurou explorar as brechas do sistema internacional e projetar o Brasil, um país periférico, para uma posição de maior relevância pelo menos no sistema inter-americano.

#### BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Oswaldo. *A Revolução e a América*. Rio de Janeiro: DIP, 1940.  
BARROS, Jayme. *A política exterior do Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.  
BRANCATO, Sandra M. L. "As relações Brasil/Argentina no ano de 1937: ri-

- validade e conflito" *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, no 2, p. 195-214, 1988.
- COSTA, Wanderley M. da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.
- COUTINHO, Lorival. *O general Góes depõe...*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FONSECA, Pedro. *Vargas: a construção do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- LYRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1934.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Sucesso e Ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1991.
- PAZ, A. Conil. y FERRARI, G. *Política exterior argentina (1930-1962)*. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1964.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *El sexto dominio. 1922-1943*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1973.
- RODRIGUES, José H. e SEITENFUS, Ricardo A.. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.
- SILVA, Hélio. *1939: Véspera de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SILVEIRA, Helder V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente a questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A integração latino-americana: projetos e realidades*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1992.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1938.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil - X*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944.

## NOTAS

1. Entre as obras mais representativas, ver: SILVA, Hélio. *1939: Véspera de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. e SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942*. São Paulo: Nacional, 1985.
2. Ver, por exemplo: SILVEIRA, Helder V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente a questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1990. e SAUER, Elmar. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-1945): o Brasil perante a neutralidade argentina na guerra*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1993.
3. HILTON, S. 1977. Op. cit. p. 38 s.
4. Para as estratégias de política econômica e o processo de industrialização no primeiro governo Vargas, ver: DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. e FONSECA, Pedro. *Vargas: a construção do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
5. Para essa questão, ver o discurso: "Volta Redonda e a capacidade construtiva dos brasileiros" in: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil - X*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944. p. 53 s; e para uma análise mais acurada, ver: FONSECA, P. Op. cit.
6. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI): Discurso de apresentação das credenciais de Rodrigues Alves. Buenos Aires, 29/07/1938.
7. Para essa questão, ver: MOURA, G. 1980. Op. cit..
8. Para a discussão da geopolítica enquanto disciplina e de seu emprego em diferentes contextos, ver: COSTA, Wanderley M. da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992. A aplicação de suas orientações à realidade brasileira dos anos 30 começa a ter repercussão a partir da publicação da obra de: TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1938.
9. MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1934. p. 127 s. Grifo nosso.
10. MONTEIRO, G. Op. cit. p. 185. Grifo nosso.
11. Ver, por exemplo: Carta de Oswaldo Aranha a Góes Monteiro. Washington, 09/03/1934. Arquivo Nacional (AN): AP 51 cx. 12 doc. 02. e AHI: Carta de Baptista Luzardo a Oswaldo Aranha. Montevideú, 18/12/1939.
12. Relatório apresentado pelo general Valdomiro Castilho de Lima ao Conselho Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1935. AN: AP 51 cx. 05 doc. 01. p. 4.
13. Esta idéia terá ainda uma longevidade muito grande nos meios diplomáticos brasileiros, ver, por exemplo RODRIGUES, José H. e SEITENFUS, Ricar-

- do A., *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 63.
14. Ver CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 168 ss.
  15. Carta de Oswaldo Aranha a Góes Monteiro. Washington, 09/03/1935. AN: AP 51 ex. 12 doc. 02.
  16. MOURA, G. 1991. Op. cit. p. 10.
  17. HILTON, S. 1994. Op. cit. p. 336. Ainda que essas negociações secretas se inscrevessem no contexto mais intenso da política pendular encabeçada por Vargas, marcada pelo famoso discurso de 11 de junho, a bordo do encouraçado Minas Gerais, boa parte dos membros do governo de fato apostavam numa aproximação maior com a Alemanha num pós-guerra que acreditava-se, naquele momento, não muito distante.
  18. HILTON, S. 1977. Op. cit. p. 40.
  19. LYRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 525.
  20. Relatório apresentado pelo general Valdomiro Castilho de Lima ao Conselho Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1935. AN: AP 51 ex. 05 doc. 01. p. 1.
  21. Idem. p. 47 s.
  22. HILTON, S. 1977. Op. cit. p. 66.
  23. Para a questão do plano de guerra brasileiro, ver: COUTINHO, L. Op. cit. p. 440 s; e CARVALHO, J. Op. cit. p. 126.
  24. Cartas de Góes Monteiro e Eurico Dutra a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 24 e 27/01/1942. CPDOC/FGV GV: 42.01.24/xxxvii - 16a e 16b.
  25. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas. Washington, 04/06/1937. CPDOC/FGV 37.06.04/1/xxvi - 54. Apud BRANCATO, Sandra M. L. "As relações Brasil/Argentina no ano de 1937: rivalidade e conflito" *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, no 2, p. 195-214, 1988. p. 202.
  26. Para a questão do Chaco, ver: SILVEIRA, H.. Op. cit.
  27. HILTON, S. 1994. Op. cit. p. 264.
  28. Para essa questão, ver: HILTON, S. 1977. p. 65.
  29. Carta de Oswaldo Aranha a Mário Pimentel Brandão. Rio de Janeiro, 29/11/1938. CPDOC/FGV OA: 38.01.21/1.
  30. Para as viagens de Góes Monteiro aos EUA e as negociações lá entabuladas, ver: COUTINHO, L. Op. cit. p. 357 ss. e 370 ss.
  31. AHI: Carta de Luís Guimarães a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 14/06/1938.
  32. Carta de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 18/08/1940. CPDOC/FGV OA: 40.01.23.
  33. Carta de Oswaldo Aranha a Cordell Hull. Rio de Janeiro, s. d. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3. Grifo nosso. Cf. HILTON, S. 1994. p. 419, Aranha escreve a Hull em maio de 1944.
  34. Ver HILTON, S. 1994. p. 399 ss.
  35. Para uma avaliação da política externa brasileira no Estado Novo e de seus câmbios no governo Dutra, ver: MOURA, G. 1991. Op. cit..

36. Carta de Góes Monteiro a Oswaldo Aranha. Montevideu, 05/04/1944. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.
37. MOURA, G. 1991. Op. cit. p. 38.
38. SILVEIRA, Helder V. *A integração latino-americana: projetos e realidades*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 1992. p. 29 s.
39. BARROS, Jayme. *A política exterior do Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: DIP, 1941. p. 268 ss.
40. SILVA, Hélio. *1939: Véspera de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 177.
41. A série de discursos de Góes Monteiro, que a essa época ocupava a chefia do Estado Maior do Exército, encontra-se em AN: AP 51 ex. 2 doc. 1 v. 8 a 24.
42. CONIL PAZ, A. y FERRARI, G. Op. cit. p. 72.
43. Dos trabalhos dessa comissão é concluído um acordo secreto em outubro de 1941, no qual os EUA se comprometem em fornecer ajuda material e militar caso o Brasil seja agredido por outra república americana que, na opinião do governo dos EUA, seja simpática ao Eixo. Tratava-se, obviamente, de uma defesa comum contra a Argentina, país rival do Brasil e reticente à hegemonia norte-americana. Para o texto do acordo, ver: CPDOC/FGV GV: 42.08.23/2 xxxviii/79.
44. SILVA, H. Op. cit. p. 196 s.
45. SAUER, E. Op. cit. p. 42.
46. SAUER, E. Op. cit. p. 130.
47. Carta de Baptista Luzardo a Getúlio Vargas. Montevideu, 29/01/1941. CPDOC/FGV OA: 40.01.04/1.
48. Carta de Baptista Luzardo a Oswaldo Aranha. Montevideu, 13/02/1941. CPDOC/FGV OA: 40.01.04/1.
49. Discurso pronunciado em Assunção a 2 de agosto de 1941. VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1943. p. 99 s.
50. Carta de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 16/12/1942. CPDOC/FGV OA: 42.01.02/4.
51. Carta de Décio Coimbra a Getúlio Vargas. Montevideu, 09/02/1943. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.
52. Carta de Samuel Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago, 02/06/1943. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.
53. Carta de Samuel Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago, 04/11/1943. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.
54. Carta de Oswaldo Aranha a Cordell Hull. Rio de Janeiro, s. d. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.
55. Relatório apresentado a Oswaldo Aranha pelo Cônsul Jayme de Barros Gomes. Rio de Janeiro, ??/04/1944. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.
56. RODRIGUES, J. e SEITENFUS, R. Op. cit. p. 60.
57. A demarcação final de várias linhas de fronteira ao longo da década de 30 foi varias vezes assinalado pela literatura de época, ver, por exemplo: BAR-

- ROS, J. Op. cit. p. 352 ss. e SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um Auto-retrato*. Brasília: CPDOC-FGV/Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 318.
58. MONTEIRO, G. Op. cit. p. 191 s.
59. BARROS, J. Op. cit. p. 54.
60. Cf. HILTON, S. 1994. Op. cit. p. 213.
61. Discurso pronunciado por Oswaldo Aranha em 23/12/1940 a convite do Departamento de Imprensa e Propaganda. in: ARANHA, Oswaldo. *A Revolução e a América*. Rio de Janeiro: DIP, 1940. p. 26.
62. *O Presidente Getúlio Vargas e a Diplomacia - 1930-1940*. Conferência Ministrada por José Roberto de Macedo Soares no Palácio Tiradentes, em 23/12/1940. in: ARANHA, O. Op. cit. p. 76 s.
63. Para essa questão ver, por exemplo: MEDEIROS, J. Paulo. "Aspectos do pan-americanismo e uma tradição da política brasileira." *Cultura Política*. Rio de Janeiro no 23, p. 31-36, jan. 1943. GRANDE, Humberto. "A doutrina do pan-americanismo bélico do Brasil." *Cultura Política*. Rio de Janeiro no 48, p. 26-42, jan. 1945. DOCCA, Sousa. "Tradição pan-americanista do Brasil." *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 179, p. 105-128, abr./jun. 1943.
64. SCHWARTZMAN, S. Op. cit. p. 320 ss.
65. Cartas de Oswaldo Aranha ao Chanceler argentino José Maria Cantillo. Rio de Janeiro, 18/07 e 17/11/1938. CPDOC/FGV OA: 38.01.21/1.
66. Para essa questão, ver os discursos do general Góes por ocasião da visita da missão militar argentina ao Rio de Janeiro e das comemorações do cinquentenário da proclamação da República. AP 51: ex. 02 doc. 01 vol. 8, 11 e 12.
67. AHI: Carta de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 05/10/1939.
68. Carta pessoal a Mendes Viana, Buenos Aires 9/12/1940. in: LYRA, H. Op. cit. p. 502 s.
69. HILTON, S. 1977. Op. cit. p. 45.
70. Carta de Renato Barbosa a Oswaldo Aranha. Montevideu, 25/07/1944. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3. Grifo nosso.
71. Carta de Oswaldo Aranha a Cordell Hull. Rio de Janeiro, s. d. CPDOC/FGV OA: 43.01.05/3.